

Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Trabalho, Questão Social e Serviço Social

Sub-eixo: Transformações contemporâneas no mundo do trabalho e exploração da força de trabalho

O ADOECIMENTO MENTAL NO MUNDO DO TRABALHO CONTEMPORÂNEO

CRYSLLAINE PINHEIRO DA SILVA¹

DÉBORA EWELYN BARBOSA DA SILVA²

MARIA EDUARDA GOMES ANTONIO³

GRACIELE RODRIGUES NUNES DA SILVA⁴

Resumo: A presente pesquisa propõe uma reflexão acerca dos processos de saúde-adoecimento decorrentes do mundo do trabalho no capitalismo contemporâneo. A crise de 2008 é um dos fatores intensificadores dessa problemática, refletindo a dinâmica contemporânea do capitalismo global, com o desmonte das proteções sociais dos trabalhadores e aumento do adoecimento mental no mundo do trabalho.

Palavras-chaves: Adoecimento mental; Trabalho; Capitalismo.

Abstract: This research proposes a reflection on the health-illness processes arising from the world of work in contemporary capitalism. The 2008 crisis is one of the factors that intensified this problem, reflecting the contemporary dynamics of global capitalism, with the dismantling of social protections for workers and an increase in mental illness in the world of work.

Keywords: Mental illness; Work; Capitalism.

¹ Universidade Federal de Pernambuco

² Universidade Federal de Pernambuco

³ Universidade Federal de Pernambuco

⁴ Universidade Federal de Pernambuco

INTRODUÇÃO

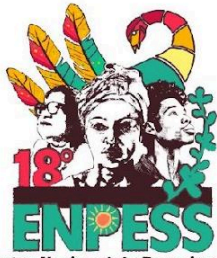
As transformações ocorridas no modo de produção capitalista desde as últimas três décadas do século XX impactaram profundamente o mundo do trabalho, com a emergência de novas roupagens de precarização. A classe trabalhadora se vê imersa em um quadro de superexploração da força de trabalho, conjunturas precárias, baixos salários, desemprego estrutural, aumento do exército industrial de reserva e intensa rotatividade. Tais fatores não só precarizam as condições materiais das famílias brasileiras, mas tem ocasionado um processo de adoecimento crescente na saúde mental do trabalhador, acarretando doenças tanto físicas, como psíquicas, que afetam a subjetividade do ser, levando ao desencadeamento de adoecimento mental.

O colapso de uma das grandes crises internacionais do século XXI, conhecida como crise financeira de 2008 ou subprime, gerou efeitos prejudiciais às economias mundiais e conduziu à reestruturação regressiva dos mercados de trabalho e à individualização, precarização e intensificação da exploração da força de trabalho, tendo como resultado o desmonte dos sistemas de proteção, garantias e de políticas públicas.

No Brasil, a realidade não foi diferente, as tendências de flexibilização no país advinda da crise de 2008 acarretou seus impactos na vida da classe trabalhadora, conforme pontua Antunes (2008), proliferaram, os exemplos de "empreendedorismo", "trabalho voluntário", "colaboradores", "consultores", expressões disfarçadas de trabalho que, em verdade, ocultam os seus reais significados, isto é, a proliferação dos contratos desprovidos de direitos. Tais condições afetam diretamente a saúde mental do trabalhador, pois como afirma Seligmann-Silva (2011, p. 35) "(...) o trabalho, conforme a situação, tanto poderá fortalecer a saúde mental quanto torná-la vulnerável, e mesmo gerar distúrbios que se expressarão coletivamente e no plano individual".

Nessa perspectiva, a problemática construída relaciona as profundas alterações do mundo do trabalho com a alta incidência da sobrecarga mental entre a população em idade produtiva, tendo em vista que o pós-crise de 2008, acarretou um conjunto de consequências, reflexo direto da dinâmica do capital contemporâneo. Segundo os dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), verifica-se que os transtornos mentais que atingem a classe trabalhadora têm crescido a cada ano.

Conforme Teixeira (2007), dados da Previdência indicam que os transtornos mentais ocupam o terceiro lugar no ranking entre as causas para a concessão de benefícios associados à



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

incapacidade no trabalho. Alto índice de tentativas de suicídios, depressão, estresse no ambiente do trabalho, uso abusivo de álcool e drogas, crises de ansiedade, estão se tornando cada vez mais habituais no universo trabalhista e há evidências da vinculação existente entre as expressões do adoecimento e sofrimento e as novas formas de organização do trabalho na contemporaneidade.

Com a finalidade de responder às questões construídas e que se impõe ao longo da pesquisa, o presente artigo será desmembrado em três seções, além desta breve introdução. No primeiro momento será apresentada a origem da crise do subprime no mundo, os efeitos sentidos pelo Brasil, as medidas adotadas pela economia brasileira para contornar esse cenário. Na segunda seção será realizada uma reflexão acerca de como o processo de flexibilização do trabalho no contexto brasileiro pós-crise de 2008 tem contribuído para o aumento gradativo dos problemas psíquicos da classe trabalhadora ao longo da última década. Por fim, a seção três consiste nas considerações finais, nas quais se pretende estimular certas reflexões.

Vale salientar, que o modo de produção capitalista é dinâmico e novas consequências ainda podem ser esperadas, pois estamos em plena fase de crise profunda do capitalismo, cujas repercussões físicas ou de saúde mental serão tão duras quanto imprevisíveis (Antunes, 2008).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A CRISE BANCÁRIA DE 2008 E SEUS IMPACTOS PARA O MUNDO DO TRABALHO

Uma das características estruturantes do modo de produção capitalista é a presença das crises econômicas, que afetam diretamente o mundo do trabalho e a estrutura social (Netto e Braz, 2007). De acordo com Netto e Braz (2007) o capitalismo vive entre crises, que podem ser causadas por diversos fatores e no intervalo entre uma ou outra, ocorre o que denomina-se de ciclos econômicos. Tais ciclos, são divididos em quatro fases, são elas: a crise em si, a depressão, a retomada e o auge, sendo esse o percurso que abala as estruturas do antigo regime e intensifica a precarização do trabalho como estratégia de reestruturação.

Como primeiro aspecto, quando se estoura a crise, surge uma série de consequências. Uma das mais comuns é a diminuição da lucratividade em detrimento do baixo poder de compra, o que resulta no desemprego em massa e na precarização estratégica do trabalho, reduzindo salários, acentuando as desigualdades sociais e ocasionando um efeito cascata onde várias áreas



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

são atingidas. Quando tais crises ocorrem, os capitalistas articulam saídas para assegurar a acumulação do capital e um novo processo de organização e gestão do trabalho é criado.

Foi o que ocorreu na entrada dos anos 1970, em que o capital passou a buscar o desenvolvimento de novas estratégias para escapar ao quadro crítico de crise estrutural que desembocava naquela década e adentrar em um processo de reestruturação na tentativa de retomada do processo de acumulação. Assim, dentre as diversas formas das quais o capital se utilizou para intentar tal movimento, mobilizou numerosas transformações no processo produtivo, indo de encontro à rigidez fordista-taylorista, destacando-se nesse processo a aproximação ao modelo japonês ou “toyotismo”, que marca a entrada do capital na era flexível de organização produtiva (Antunes, 1999).

Já em meados de 2008, o mundo adentrou em uma nova fase da crise estrutural do capitalismo, ocasionando uma intensificação da precarização do trabalho, tendo empresas globais alegados a necessidade de aumentar a produtividade e competitividade, devido às consequências de uma nova e intensa crise (Antunes, 2011 *apud* Navarro; Lourenço, 2013). Essa nova fase se deu devido à crise dos subprimes, que teve origem nos Estados Unidos no ano de 2007, espalhando-se em 2008 para outros países, causando um colapso em diversos sistemas financeiros e bancários ao redor do mundo.

Esta crise iniciou-se com o estouro da especulação imobiliária dos Estados Unidos, que na época de alta do capital - devido aos lucros obtidos no final do ciclo econômico anterior e a desregulação financeira - os bancos concederam financiamento de casas com taxas de juros reduzidas para a população de baixo poder aquisitivo. Entretanto, com o repentino aumento da taxa básica de juros logo depois, a população encontrou dificuldades para pagar as dívidas, resultando na inadimplência generalizada e entrega de imóveis, baixando de forma drástica o preço das casas e conseqüentemente ocasionando diminuição da lucratividade, o que levou à quebra de vários bancos, diminuindo o nível de confiança de crédito para empresas, instalando-se a nova fase da referida crise (Capital Now, 2020).

Com os rebatimentos a nível global, o Brasil enfrenta seus primeiros índices de queda, tendo como as parcelas mais afetadas os bancos e as empresas exportadoras. O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro caiu mais de 4% entre o último trimestre de 2008 e o primeiro semestre de 2009, no qual o setor industrial apresentou uma redução de 11,6% no período analisado (Pochmann, 2009). Para poder suprir esses efeitos, o governo brasileiro passa a tomar medidas anticíclicas com o objetivo de assegurar o poder de compra da população e elevar a taxa de lucro.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

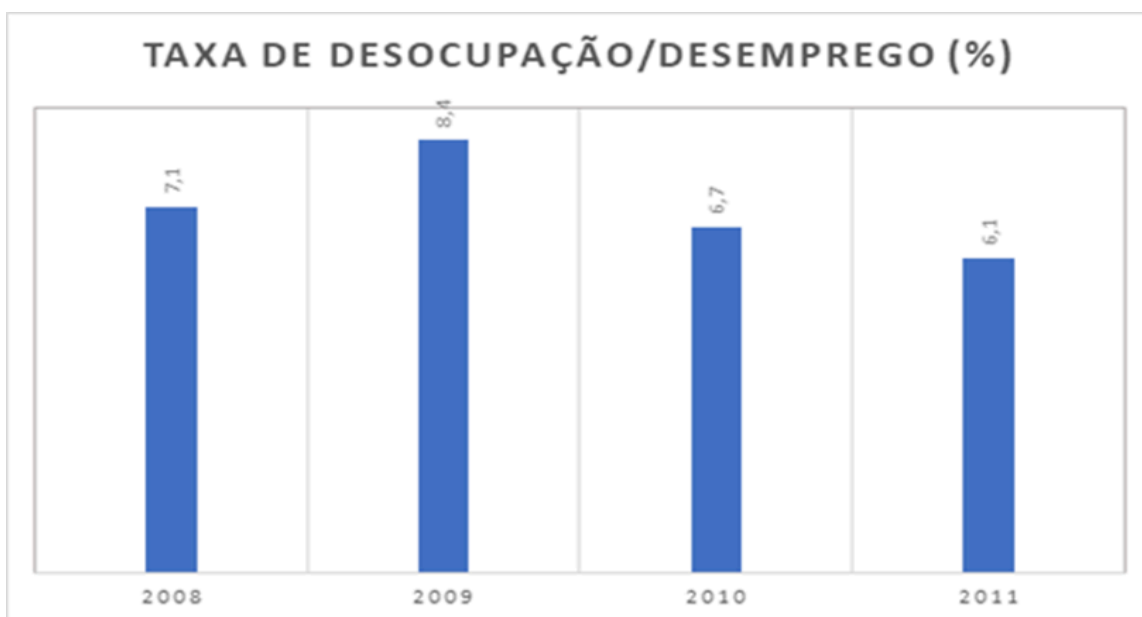
10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Entre essas medidas, podemos destacar o socorro aos setores mais afetados, expandindo o crédito e desonerando algumas áreas de impostos fiscais (Lima; Deus, 2013). Referente à capacidade de poder de compra, entre os anos de 2008 e 2009, houve um aumento considerável de gastos públicos referentes aos programas sociais de redistribuição de renda e ampliação do acesso ao crédito com juros baixos. Isso fez com que a economia brasileira sentisse apenas uma contração de 0,2% do PIB, considerando o resto do mundo (SPE, 2010).

Essas novas formas de organização e gestão têm ocasionado impactos também no campo do trabalho, materializando-se na vida dos trabalhadores, impactando negativamente as formas de viver, bem como as suas relações com o trabalho. Dentre os efeitos, destacam-se: o desregulamento e perda de direitos; organizações sindicais e trabalhistas fragilizadas; e a informalidade e precarização dos processos de trabalho. Na medida em que o capitalismo se expande e incorpora novas tecnologias, ele reduz os postos de trabalho e produz uma massa de desempregados, o chamado exército industrial de reserva (Campos, 2018). Como se pode observar no gráfico 1, a seguir.

Gráfico 1 - Taxa de desocupação



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração própria.

Com a queda na produção, a taxa de desemprego continuou sendo significativa, as demissões superaram as admissões, fazendo com que os trabalhadores perdessem seus empregos e dificultando ainda mais a entrada de novos profissionais no mercado de trabalho. A trajetória de queda no desemprego que estava sendo vivenciada pelo Brasil foi interrompida com a crise (Pochmann, 2009). Segundo os dados apresentados em março de 2009 pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), a crise financeira foi a grande responsável pela destruição de 750 empregos formais no país, entre os meses de novembro de 2008 a fevereiro de 2009.

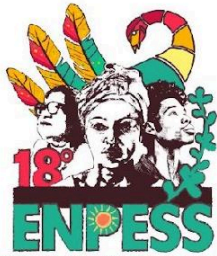
Somente no mês de dezembro de 2008, a Vale do Rio Doce demitiu 1.300 dos seus trabalhadores. A Companhia também estabeleceu férias coletivas escalonadas para 5.500 funcionários, justificando o seu ato à necessidade de reestruturar o seu quadro de funcionários devido à crise financeira mundial, que acabou por reduzir a demanda das siderúrgicas (Folha online, 2008 *apud* Lara, 2010).

Além disso, as novas relações trabalhistas que expressam, também, a flexibilização do trabalho, passaram a ser um atributo central na contemporaneidade. Dentre elas, pode-se destacar a terceirização, que gera desestabilização no mundo do trabalho, causando uma imensa vulnerabilidade tanto contratual - pois a relação de trabalho se torna cada vez mais instável, com vínculos fragilizados - quanto na própria atividade prática do trabalhador. Segundo Franco, Druck e Silva (2010), essa precarização ocorre de forma multidimensional e por isso altera a vida dentro e fora do trabalho. Nas empresas, esse fato é expressado em formas de organização do trabalho, pautadas no *just in time*, na gestão pelo medo, nas práticas participativas forçadas, na captura da subjetividade do trabalhador em processos manipulativos, na imposição sutil de auto aceleração, na multifuncionalidade, dentre outros métodos voltados ao controle maximizado.

De acordo com Campos (2018, p.803),

A terceirização destaca-se como estratégia crescente de desregulamentação dos direitos trabalhistas que vem se configurando como um fenômeno cada vez mais presente no mundo empresarial. Assistimos ao aumento exponencial do número de empresas de locação de mão de obra e, ao mesmo tempo, de um conjunto de novos projetos de regulamentar a sociedade da terceirização total.

Analisando esse crescimento nos índices de terceirização entre 2007 e 2014 no Brasil, Pelatieri *et al.* (2018) demonstra através do gráfico 2 inserido abaixo, tanto a elevação do total de vínculos formais de emprego nas atividades tipicamente terceirizadas, como também demonstra que ao final de cada ano analisado, de cada 100 vínculos empregatícios em atividades



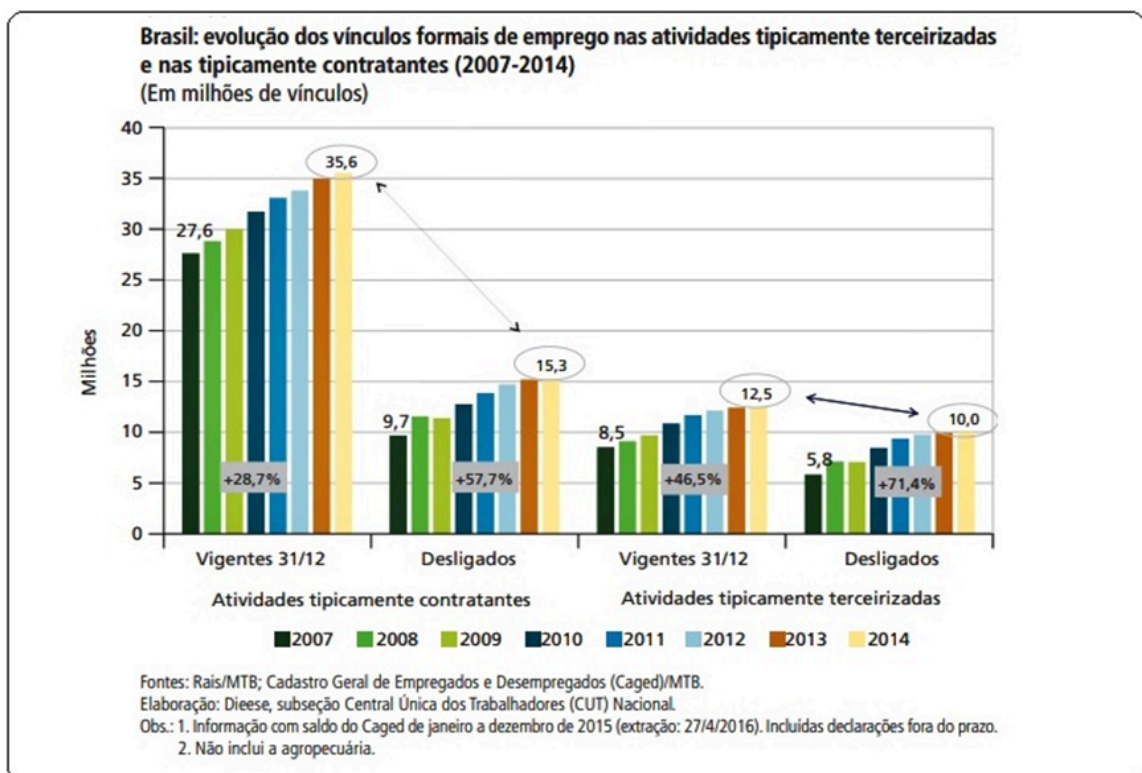
Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

tipicamente terceirizadas, tinha-se em média 80 vínculos rompidos. O que comprova que “[...] os vínculos nas atividades tipicamente terceirizadas têm alta rotatividade (p.14)”, demonstrando um alto grau de instabilidade. A autora ainda acrescenta que a taxa de rotatividade nas atividades tipicamente terceirizadas, em praticamente todos os anos analisados, corresponde ao dobro da que se verifica nas atividades tipicamente contratantes. Dessa forma, a terceirização responde, em boa medida, pelas elevadas taxas de rotatividade do mercado de trabalho brasileiro (Pelatieri *et al.*, 2018).

Gráfico 2 - Evolução dos vínculos formais de emprego nas atividades tipicamente terceirizadas e nas tipicamente contratantes no Brasil no período de 2007 a 2014



Fonte: Pelatieri *et al.* (2018, p.13)

Esse movimento de crescimento da terceirização, como uma das características do modelo flexível de organização do trabalho, têm efeitos prejudiciais tanto para o Estado e para os empregadores, como sobretudo para os trabalhadores, visto que para estes últimos, conforme sinaliza Pelatieri *et al.* (2018), tais índices representam “[...] a incerteza de encontrar um novo

emprego num curto espaço de tempo e o risco de ter de aceitar menores salários e benefícios, além de ter impactos no cálculo da aposentadoria” (p.14).

Dessa forma, pode-se perceber que o avanço da terceirização no mundo e no Brasil no período analisado e até os dias atuais, também têm se constituído em um aspecto relevante que acompanha o avanço do modelo toyotista e a generalização do modo flexível de organização produtiva. Marca o aumento dos postos precarizados de trabalho, da subcontratação, da instabilidade, da exploração, e o atrofiamento de direitos, acarretando em um aumento da vulnerabilidade dos trabalhadores e do estresse inerente à submissão aos riscos do movimento do mercado de trabalho e da atividade econômica.

Segundo Pochmann (2017), com a generalização da terceirização inclusive para as atividades-fim, o aniquilamento do mercado interno de trabalho no Brasil poderá ser uma realidade. As consequências desse fenômeno são a consolidação da situação de economia de baixos salários, elevada instabilidade nas relações de trabalho e ampla polarização social, o que acarreta consequências que atingem para além do campo objetivo, também a subjetividade dos trabalhadores.

Configura-se também como uma estratégia de fragilização do trabalho, o teletrabalho, que embora seja fruto da confluência dos sistemas flexíveis e da revolução informacional do último quartel do século XX, não pode ser entendido separado das formas históricas de trabalho domiciliar (em casa, parcial, *home office*) que o precedem. São, portanto, antigas formas de trabalho realizadas em domicílio, remontando a contextos pré-capitalistas e se apresentando, no capitalismo, tanto em atividades laborais compatíveis com a chamada economia de subsistência, que integram a informalidade, como outras atividades informais - a chamada “nova informalidade” (Krein e Proni, 2010).

Em 2020, tem-se uma nova nuance no mundo trabalho, a pandemia da Covid-19. Seu enfrentamento levou à necessidade do distanciamento social como única forma de evitar o contágio. Empresas, escolas, universidades e outras instituições que puderam adotar o trabalho remoto passaram a fazê-lo. Nesse contexto, diversas dificuldades foram enfrentadas pelos trabalhadores devido à necessidade de terem de se adaptar ao trabalho emergencial remoto (Bridi, 2020).

O teletrabalho, nesse contexto da pandemia, tem sido apontado como “privilégio”, dada a devastação do trabalho e do mercado de trabalho (Oliveira e Pochmann, 2020) potencializada pela pandemia. A ideia de privilégio se dá em face ao perfil da parcela da classe trabalhadora que



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

pode transferir seu trabalho para o ambiente doméstico, com possibilidade de manutenção de seus empregos e remunerações. Mas, de fato, as condições desse trabalho, desnudada de uma análise crítica, recolocam os imensos desafios postos aos trabalhadores para impedir o avanço da precarização do trabalho.

OS TRANSTORNOS MENTAIS NO MUNDO DO TRABALHO

Conforme supracitado, o mundo do trabalho entrou em um processo de transformações, no contexto do pós-crise de 2008, demandando trabalhadores polivalentes, com envolvimento e colaboração com os objetivos, as ideias e as metas gerais das empresas. Tal fato deu margem para a instauração da ideologia da excelência como um guia onipotente e onipresente nas empresas. Essa ideologia traz ideias de superioridade e de coerção à perfeição humana, transformando-se em uma violência dentro das empresas profundamente perversa, na medida em que ignora os limites e a variabilidade dos processos fisiológicos e mentais dos seres humanos, como a análise dos princípios e paradoxos da excelência permite constatar (Seligmann-Silva, 2001 *apud* Franco; Druck; Seligmann-Silva, 2010).

A ideologia da excelência traz, sutilmente, discursos e projeção de cenários de um futuro promissor para a empresa e para seus trabalhadores, de modo a camuflar a relação de dominação/alienação à qual o trabalhador está submetido. Segundo Franco, Druck e Seligmann-Silva (2010) a imposição dos paradigmas da excelência acontece juntamente com a imposição do medo de discordar, já que o dilema é aderir ou ser excluído. Isso dá lugar a uma verdadeira coação ao fingimento – pois todos precisam mostrar-se excelentes, energizados para cumprir as metas e, por conseguinte, fingir (até para si mesmos) que estas são sempre alcançáveis. Com isso, a competitividade maximizada, supervalorização da flexibilidade, mudança e inovação continuadas e a rapidez passam a reger a vida das empresas e daqueles que nelas trabalham, como um novo norte de valores e paradigmas.

No entanto, como resultado desses novos princípios no mundo do trabalho foi desencadeado o crescimento das demandas cognitivas e emocionais. Com o aumento da pressão por produtividade, associada à contenção salarial, competitividade no trabalho, exigência da polivalência e jornadas prolongadas, outras doenças começaram a ser notificadas, fazendo com

que as condições do ambiente de trabalho ocasionassem um adoecimento para além do aspecto físico dos trabalhadores, mas também uma sobrecarga mental.

A saúde mental ao ter como um dos seus determinantes sociais e econômicos fatores como condições laborais e desemprego, e na medida em que essas condições têm sido prejudicadas pelas atuais contradições entre modernização e expansão da precarização social e do trabalho, há um expressivo crescimento no diagnóstico de patologias relacionadas ao psicológico do trabalhador, como: quadros depressivos, esgotamento profissional (síndrome de Burnout), transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), ansiedade e dependência de bebidas alcoólicas e outras substâncias (drogas ilegais e psicotrópicos).

A classe trabalhadora tornou-se ainda mais vulnerável a situações estressoras e o medo do desemprego implicam em sofrimento no trabalho e na falta deste, acarretando doenças tanto físicas, como psíquicas, que afetam a subjetividade do trabalhador. Segundo dados do Anuário do Sistema Público de Emprego e Renda do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), feito a partir da Relação Anual de Informações do Trabalho do Ministério do Trabalho, os afastamentos por problemas de saúde relacionados ao ambiente de trabalho cresceram 25% nos últimos dez anos no Brasil, estando os problemas relacionados às condições mentais do trabalhador entre as três principais causas desse afastamento.

A depressão, por exemplo, tem sido uma das doenças mais frequentes no ambiente de trabalho, estando relacionada, principalmente, ao aumento do nível de estresse, causado por pressões para obter resultados excelentes, além da cobrança excessiva de metas dentro das empresas. Os dados da Previdência Social revelam que em 2011 mais de 80 mil profissionais tiraram licença pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para tratar dessa doença. Isso significa dizer que, durante esse período, a cada cinco minutos um trabalhador brasileiro era afastado do serviço por depressão.

Destaca-se, também, dentre os principais transtornos mentais relacionados ao trabalho, a síndrome de Burnout, caracterizada por ser um distúrbio psíquico que se manifesta por meio da exaustão física, emocional ou mental sempre relacionada ao trabalho de um indivíduo, expressando um esgotamento profissional. Essa síndrome tende a se desenvolver, principalmente, em trabalhadores que atuam em instituições marcadas por pressão pelo aumento da produtividade e responsabilidade, associada à contenção salarial e jornadas prolongadas (Pêgo; Pêgo, 2016).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

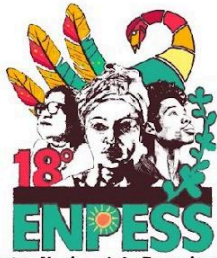
Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

O exercício das profissões que envolvem o cuidado, como professores ou profissionais de saúde, por exemplo, por implicar grande custo emocional na realização do objetivo em paralelo às precárias condições de trabalho, acabam sendo uma das categorias mais afetadas pela síndrome de Burnout. Tal fato é reafirmado pelo estudo de Trigo *et al apud* Pêgo e Pêgo (2016), realizado em 2007, o qual, ao investigar 1.440 escolas e 30 mil professores do Brasil, foi revelado que mais de 7.500 professores apresentavam exaustão emocional. Em relação aos profissionais de saúde, a pesquisa de Moreira *et al apud* Pêgo e Pêgo (2016) feita em 2009 com 151 profissionais de enfermagem em um hospital de grande porte da Região Sul do Brasil detectou que 54 (35,7%) dos trabalhadores apresentaram síndrome de Burnout, e que o estudo de Calumbi *et al apud* Pêgo e Pêgo (2016), de 2010, identificou que 44,6% dos anestesiológicos da cidade do Recife possuem os principais sintomas dessa síndrome.

Esse fato demonstra que dentro das relações de produção e reprodução social do sistema capitalista, os impactos da reestruturação produtiva se expressam nas condições de trabalho não apenas daqueles que possuem baixo nível de escolaridade, mas também os qualificados, evidenciando que as atrocidades do sistema capitalista no mundo do trabalho não ocorrem de forma seletiva, mas atinge toda classe trabalhadora. É oportuno destacar ainda os dados de um estudo da International Stress Management Association (ISMA-BR), que mostram que o Brasil é o segundo país com maior número de pessoas com Síndrome de Burnout. Desse modo, sabendo que tal síndrome está intrinsecamente relacionada com o modo de vida do indivíduo no trabalho, infere-se que o Brasil tem sido referência no processo de intensificação/precarização do trabalho e adoecimento mental dos trabalhadores.

No que se refere à dependência de bebidas alcoólicas e outras substâncias psicoativas, quando os trabalhadores são submetidos a um processo de precarização do trabalho, os transtornos mentais são agravados e pode levar ao consumo excessivo de álcool e drogas, isso porque a busca por substâncias psicoativas também pode ser utilizada como estratégia de defesa coletiva frente ao sofrimento no trabalho, já que o álcool tem uma característica gregária e de socialização (Franco; Druck; Seligman-Silva, 2010). No entanto, cabe destacar que o trabalho em si não é o maior motivador para consumo de substâncias psicoativas, mas quando as condições de trabalho são desgastantes, estressantes e desmotivadoras para o trabalhador, aumentam as chances de seu refúgio no uso de alguma droga, seja ela lícita ou ilícita.

Os estudos de Alves *et al. apud* Junior, Schlindwein e Calheiros (2016), no período de 2005-2015, evidenciam essa análise, os quais apontam que o tipo de substâncias psicoativas



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

mais usadas entre as categorias profissionais são: álcool, cigarros e ansiolíticos, por parte de 29% dos profissionais da saúde (estudantes de enfermagem, enfermeiros e médicos); álcool, tranquilizantes, anfetaminas, maconha e cocaína, com 21%, pelos policiais militares e civis; álcool, rebites, maconha e outras drogas são utilizadas por cerca de 7% dos profissionais de um ambiente portuário e caminhoneiros.

Em relação ao gênero, foi constatado que 21% das mulheres que foram entrevistadas fazem consumo de drogas ilícitas, cigarros e álcool; e 14% são de estudos reflexivos que apontam para o uso abusivo de substâncias psicoativas no mundo do trabalho contemporâneo. Portanto, é notório que nos últimos anos o uso excessivo de substâncias psicoativas por trabalhadores tem aumentado, revelando que a escalada de dependência dessas substâncias no mundo do trabalho é encoberta pela intensificação de novas morfologias laborais decorrentes do pós-crise de 2008.

Vale ressaltar ainda que, no Brasil, esses transtornos mentais são um dos principais grupos de agravos relacionados ao trabalho. Em 2011, por exemplo, foram registrados na Previdência Social 16.978 casos de transtornos mentais relacionados ao trabalho, compreendendo 2,4% do total de registros acidentários no mesmo período (705.239) - o que revela uma alta incidência de doenças psíquicas entre a população em idade produtiva. Do total de casos de transtornos mentais relacionados ao trabalho registrados, 5.038 foram decorrentes de acidentes típicos, 304 por acidentes de trajeto, 1.166 foram classificados como doença do trabalho e 10.470 foram identificados por meio do Nexo Técnico Epidemiológico (NTEP) (Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho, 2014 *apud* Cesat; Divast; Sesab, 2014).

Além disso, de 2006 a 2012, foram notificados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) 2.250 casos de transtornos mentais relacionados ao trabalho, sendo 57,4% entre homens e 42,6% entre mulheres, dentre esses casos os transtornos neuróticos (56,4%) e transtornos do humor (30,4%) foram os diagnósticos mais registrados (Brito, 2014 *apud* Cesat; Divast; Sesab, 2014).

Esses resultados revelam a existência de um contexto laboral no Brasil vulnerável e suscetível ao adoecimento dos trabalhadores. Isto é, o contexto de pobreza, desemprego e desigualdade social - expressões da questão social vivenciado pelo Brasil nos últimos anos - favorece a intensificação da dominação em que há uso de violência e o aumento da vulnerabilidade ao adoecimento mental, condicionando os trabalhadores a uma submissão que prolonga a situação desgastante até o esgotamento (Burnout), a depressão ou outros adoecimentos. Por isso, como afirma Franco, Druck e Seligmann-Silva (2010), há uma forte



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

tendência dessa camada da população não reconhecer os agravos sofridos por sua saúde, e ainda quando reconhecem, não revelam seus sintomas no trabalho e não procuram benefícios por receio de sofrer represália profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aqui discutimos como as transformações no modo de produção capitalista desde as últimas décadas do século XX impactaram profundamente o mundo do trabalho, levando à emergência de formas variadas de precarização. Desse modo, identificamos que as condições materiais das famílias brasileiras têm sido afetadas negativamente, contribuindo para um aumento significativo nos problemas de saúde mental dos trabalhadores.

A partir dessa análise, podemos concluir que as mudanças ocorridas no mundo do trabalho no contexto pós-crise de 2008 foi um determinante para o adoecimento mental dos trabalhadores. Na medida em que as ações que se seguiram para reverter os impactos da crise vigente rebatem diretamente nas formas de organização e gestão do trabalho, em um contexto no qual se pôde observar o aumento da flexibilização das relações de trabalho, ocasionando efeitos como altas taxas de demissão, aumento dos índices de terceirização, precarização dos processos de trabalho e rebaixamento salarial.

Observou-se, também, a predominância da lógica toyotista de envolvimento da subjetividade do trabalhador no processo produtivo, alavancando as cobranças de produtividade, a competitividade perversa dentro das empresas e as longas jornadas de trabalho. Tudo isso, ocasionou rebatimentos não somente nas condições físicas, mas também mentais de grande parte dos trabalhadores brasileiros, conforme se observou através do aumento exponencial nos índices de trabalhadores com síndromes e transtornos mentais próprios do trabalho, expostos no decorrer da presente pesquisa.

Tais eventos guardam relações, ainda, com o aumento do consumo de álcool e substâncias psicoativas por parte dessa parcela da população que se utiliza desses meios como saída (fuga) coletiva da realidade, e das consequências do trabalho superexplorado. Por mais que os dados tenham revelado a atual situação mental dos trabalhadores, percebe-se que existe uma grande dificuldade no enfrentamento dessas questões, devido ao não reconhecimento do trabalhador da própria condição como uma doença, assim como a dependência do trabalho para o próprio sustento.

Ao passo que adentramos na atual conjuntura brasileira e mundial pós-pandemia da Covid-19, é notório que há, sob esse pano de fundo, um resgate da ideologia da flexibilização e da precarização do trabalho ante ao contexto de crise intensificado pelo cenário pandêmico (o avanço da ideologia do empreendedorismo é um dos elementos que evidenciam tal resgate). Assim, adentrando em uma nova fase de alta do teletrabalho, crescente informalidade e grande apelo ideológico ao empreendedorismo.

A pandemia deixou consequências duradouras na saúde mental dos trabalhadores, exigindo políticas públicas eficazes, suporte organizacional e comunitário contínuo para mitigar os impactos negativos. Entre essas consequências, destaca-se a urgência de abordar a saúde mental dos trabalhadores como uma prioridade, visando criar ambientes de trabalho mais saudáveis e resilientes.

Desse modo, identificamos que atualmente, a saúde mental dos trabalhadores continua sendo uma preocupação significativa, especialmente à medida que as condições de trabalho e os desafios enfrentados pelos trabalhadores continuam a evoluir. Sendo assim, existem alguns aspectos importantes a serem considerados quando abordamos essa temática na atualidade: *Adaptação ao trabalho híbrido ou remoto*, já que a proliferação do trabalho remoto ou híbrido trazem novos desafios relacionados ao equilíbrio entre trabalho e vida pessoal; *carga de trabalho intensificada* podendo contribuir para o estresse e o esgotamento mental; e o *enfrentamento a condições de trabalho precárias*, salários baixos e falta de segurança no emprego são fatores cruciais para desencadear a desorganização psicológica do trabalhador.

Esses aspectos destacam a complexidade da saúde mental no ambiente de trabalho contemporâneo e a importância de abordagens integradas que envolvam empregadores, funcionários, profissionais de saúde mental para promover ambientes de trabalho mais saudáveis e resilientes. Por fim, objetivamos concluir com nossa discussão a necessidade de políticas que visem não apenas o crescimento econômico, mas também o bem-estar e a qualidade de vida dos indivíduos que compõem a força de trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, R. As formas de padecimento no trabalho. **Saúde e sociedade**, v. 17, p. 7-8, 2008.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

ANTUNES, R. Os sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 1ª edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

BRIDI, M. A. Teletrabalho em tempos de pandemia e condições objetivas que desafiam a classe trabalhadora. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; POCHMANN, Marcio (Orgs.) **A devastação do trabalho: a classe do labor na crise da pandemia**. Brasília: Gráfica e Editora Positiva; Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente, 2020.

CAMPOS, M. TRABALHO, ALIENAÇÃO E ADOECIMENTO MENTAL: as metamorfoses no mundo do trabalho e seus reflexos na saúde mental dos trabalhadores. **Revista de Políticas Públicas**, v. 21, n. 2, p. 797-812, 2018.

CAPITAL NOW BY ONZE. Subprime: descubra o que é e as causas da crise imobiliária. São Paulo. 06 de jan. de 2020. Disponível em: <https://www.capitalresearch.com.br/blog/investimentos/subprime/>. Acesso em: 10 de abril de 2021.

FRANCO, T.; DRUCK, G.; SELIGMANN-SILVA, E. As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. *Revista brasileira de saúde ocupacional*, v. 35, n. 122, p. 229-248, 2010.

JUNIOR, I.; SCHLINDWEIN, V.; CALHEIROS, P. A relação entre o uso de drogas e o trabalho: uma revisão de literatura PSI. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v. 16, n. 1, p. 104-122, 2016.

KREIN; José Dari; PRONI, Marcelo W. **Economia informal**: aspectos conceituais e teóricos. Brasília: OIT, 2010.

LARA, F. O Comportamento do Mercado de Trabalho na Região dos Campos Gerais do Paraná no Período de 2007 a 2009 (Pré e pós- crise mundial) – Ponta Grossa, 2010, p. 95 Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas) Paraná, 2010.

LIMA, T.; DEUS, L. A crise de 2008 e seus efeitos na economia brasileira. **Revista Cadernos de Economia**, v. 17, n. 32, p. 52-65, 2013.

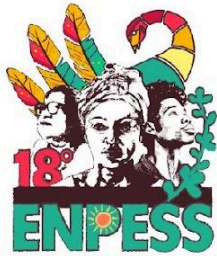
NAVARRO, L.; Edvânia (orgs.). O avesso ao Trabalho III: saúde do trabalhador e questões contemporâneas /- 1 ed. São Paulo: Outras expressões, 2013.p. 21-25.

NETTO, J.; BRAZ, M. *Economia política: uma introdução crítica*. 3.ed. São Paulo, Cortez: 2007.

OLIVEIRA, D. A; POCHMANN, M (Orgs.) **A devastação do trabalho: a classe do labor na crise da pandemia**. Brasília: Gráfica e Editora Positiva; Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente, 2020.

PÊGO, Francinara Pereira Lopes; PÊGO, Delcir Rodrigues. Síndrome de Burnout. **Rev. médico. trab**, pág. 171-176, 2016.

PELATIERI, Patrícia. et al. Terceirização do trabalho no Brasil: novas e distintas perspectivas para o debate. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2018.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

POCHMANN, M. Menos salário, mais lucro: Terceirização e suas consequências no Brasil. Le Monde Diplomatique Brasil. Ed. 118. Maio de 2017.

POCHMANN, M. O trabalho na crise econômica no Brasil: primeiros sinais. **Estudos avançados**, v. 23, n. 66, p. 41-52, 2009.

SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA. Protocolo de atenção à saúde mental e trabalho. Bahia, 2014.

Seligmann-Silva, E. (2011). Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo. São Paulo: Cortez.

TEIXEIRA, S. A depressão no meio ambiente do trabalho e sua caracterização como doença do trabalho. Revista do Tribunal Regional do Trabalho, Belo Horizonte, v. 46, n. 76, p. 27-44, jul./dez. 2007.